

crescimento da população e a necessidade de melhoria do seu padrão de vida.

A providência fundamental na filosofia econômica do Governo será, nas regiões pobres, apoiada em atividades econômicas primárias, superar as técnicas obsoletas aplicadas aos setores produtivos, para aumentar a produtividade, melhorar a qualidade dos produtos, defender os pequenos empresários contra a exploração dos atravessadores e intermediários e reter as poupanças locais para investimentos reprodutivos, criadores de emprego e renda.

Tal "desideratum" pode ser alcançado num tempo ideal, pois somos um Estado onde a renda média por habitante já é significativa e o potencial tecnológico moderno está ao nosso alcance, podendo ser aplicado em curto prazo, o que nos permitirá atingir aquele objetivo, iluminador da consciência dos governos: a extirpação da pobreza.

Planejamento

Evidenciado esse complexo de problemas e caracterizadas as distorções e os desequilíbrios, a mola da ação governamental será a criação de uma mística que supere esses prejuízos, pela implantação do planejamento indicativo, apoiado no levantamento e na caracterização da economia paulista, estabelecendo diretrizes gerais e objetivos básicos, uma estratégia de superação e uma tática programática de desenvolvimento global do Estado e de sua integração como um todo.

Dai a necessidade do planejamento, hoje instrumento indispensável de qualquer ação governamental. Para dar resposta às tensões sociais decorrentes das transformações estruturais em curso e conciliar o conflito entre a escassez de recursos financeiros e os inadiáveis orçamentos de obras públicas, só o planejamento abre perspectivas confiantes e permite ilidir as pressões que agem no sentido imediatista da pulverização de recursos.

E a necessidade de atendimento global dos problemas econômicos permite ao Estado elaborar projetos e programas de escala nacional e internacional, embora de execução na órbita estadual, como os da bacia Paraná-Uruguai e o apresentado pelo Governo de São Paulo, de integração das bacias do Amazonas e do Prata. Tais iniciativas, que se inscreveriam no campo do planejamento induzido, permitem a captação de recursos, não só nacionais, como internacionais, aliviando os recursos estaduais para outros empreendimentos.

O planejamento na órbita estadual, entretanto, esbarra com vários obstáculos, cuja determinante principal resulta do fato de não ser a economia estadual um sistema fechado, contido nas suas próprias fronteiras. Além de não apresentar a sua estrutura produtiva um grau elevado de integração, as decisões que mais afetam o seu comportamento se originam de outra área de poder, que é o Poder Central. Compete à União o estabelecimento das normas gerais que presidem a atividade econômica (direito trabalhista, estatuto da terra etc.), bem como é de sua atribuição a discriminação das fontes de receita do Estado. O Estado se defronta com essa moldura constitucional, inalterável no seu âmbito e deverá, em consequência, orientar seus instrumentos de ação em função dessa contingência, influenciando, na medida do possível, nas decisões da União.

O poder próprio do Estado em matéria econômica não se impõe de dentro para fora, define-se num quadro de competências e de contingências. A União estabelece programas seto-

riais, que interessam ao Estado, como os de infraestrutura, de integração nacional e outros, e cabe ao Estado pleitear seus interesses em face deles.

Não podendo alterar qualitativamente os instrumentos da receita, apenas elevar a carga de alguns tributos e criar taxas adicionais, os recursos do Estado não são suficientes para uma intensa política de obras públicas, devendo recorrer a empréstimos externos e internos e influir nos centros superiores de decisão, no sentido de aplicação, na esfera estadual, de projetos de iniciativa nacional e coincidentes com o interesse do próprio Estado.

Por isso, o plano do Governo não deverá ser rígido, mas indicativo, e na sua execução necessitam ser observados os comportamentos das variáveis políticas e sociais, dando realce prioritário à eliminação dos pontos de estrangulamento que dificultam a expansão econômica, ao soerguimento dos setores decadentes e à criação de novas oportunidades dinâmicas, pela industrialização.

Caracterização da Economia paulista

Fixadas as motivações, as condicionantes e a natureza do planejamento, impõe-se o estabelecimento de diretrizes gerais e objetivos básicos, dos quais depende a execução de programas concretos.

Faz-se mister, entretanto, examinar, preliminarmente, a situação da economia paulista nos últimos lustros e nos anos mais recentes, para dar objetividade à ação governamental, no atendimento das exigências ideais do seu desenvolvimento.

A taxa de crescimento do produto real e a evolução da renda "per capita" são os elementos essenciais de aferição do estágio de desenvolvimento atingido pela economia paulista.

No que se refere ao crescimento do produto real, verificou-se grande variação no período de 1947 a 1965. A taxa média anual de crescimento, nesse período, foi de 6,8%, que é altamente satisfatória.

Mas não houve uniformidade nesse crescimento, pois, no período 1963-1965, caiu de 8,3% (taxa do período 1955-1962), para 1,7%, o que pode ser explicado, quer pelas fracas oportunidades de investimentos destinados a substituir as importações, quer pelo decréscimo da taxa de crescimento da procura agregada, decorrente da política de estabilização levada a efeito na esfera federal.

Visto o problema de uma perspectiva nacional, a contribuição de São Paulo, para a riqueza do país, foi marcante, pois, no período 1950-1965, cerca de um terço da renda do Brasil foi gerada em São Paulo.

Para identificação, entretanto, do nosso estágio de desenvolvimento, não é suficiente o exame da renda global. Há necessidade de serem consideradas as alterações demográficas, decorrentes do crescimento vegetativo da população, da alteração na composição etária e das migrações internas vindas de outros Estados.

Entre 1940 e 1950 a população do Estado cresceu a uma taxa média de 2,5% e, de 1950 a 1960, essa taxa foi elevada para 3,5%.

A corrente migratória atingiu meio milhão entre 1940 e 1950, um quarto do crescimento global, mas de 1950 a 1960 foi de um milhão e cem mil, 30% do aumento populacional nesse período.

A composição etária alterou-se no sentido do envelhecimento e houve aumento do contingente de pessoas em idades economicamente pro-